

RESISTIR EM TEMPOS DE BOLSONARISMO

Coletânea de
textos de 2019



IVAN VALENTE
FEDERAL

RESISTIR EM TEMPOS DE BOLSONARISMO

Coletânea de textos sobre a conjuntura nacional e internacional, as perspectivas do bolsonarismo e as lutas de resistência ao projeto neoliberal, a retirada de direitos, os ataques aos povos originários, a deterioração ambiental e o crescimento fascista em curso no Brasil hoje.

IVAN VALENTE

São Paulo • novembro • 2019

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.”

Paulo Freire

“É só você deixar de comer menos um pouquinho. Você fala para mim em poluição ambiental. É só você fazer cocô dia sim, dia não, que melhora bastante a nossa vida também.”

Jair Messias Bolsonaro

A conjuntura é marcada por intenso contraste de posições e forte tensionamento político

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Os alucinados tempos do Bolsonarismo e a organização da resistência	8
---	---

JANEIRO

2019: imensos desafios para garantir direitos e democracia	10
--	----

FEVEREIRO

A lógica do poder privado afogou Brumadinho na lama	12
---	----

MARÇO

Um ano sem Marielle e Anderson: a luta por justiça e verdade continua!	15
--	----

ABRIL

Brasil em desalento	18
---------------------------	----

Em defesa dos povos indígenas! Não ao retrocesso: demarcação já!	21
--	----

MAIO	
O capítulo vergonhoso da escravidão no Brasil	23
15M: tomar as ruas em defesa da previdência pública, da ciência e da educação!	25
AGOSTO	
Bolsonaro precisa entender de vez que o Brasil não quer mais armas!	29
OUTUBRO	
Óleo no Nordeste e a inépcia de Bolsonaro e Salles	31
NOVEMBRO	
Bolsonaro é inimigo dos trabalhadores	34

APRESENTAÇÃO

—
**OS ALUCINADOS TEMPOS
DO BOLSONARISMO
E A ORGANIZAÇÃO
DA RESISTÊNCIA**



Ivan como líder do Psol na
Câmara dos Deputados

Em menos de um ano o governo Bolsonaro já mostrou a que veio: agenda ultra neoliberal e conservadorismo político.

O bolsonarismo é uma tragédia em curso.

Perda de soberania nacional, realinhamento submisso aos EUA, conservadorismo nos costumes, superproteção de sua própria família, valorização da meritocracia, competição, patriarcalismo e patrimonialismo, solução armada para os problemas de segurança pública, economia agroexportadora, rentismo e especulação, fundamentalismo religioso, são alguns dos marcos estruturantes da vaga bolsonarista no Brasil.

Não se trata de entender como um fenômeno político exclusivamente nacional, nem tampouco de se curvar aos seus desígnios. É preciso contextualizá-lo num quadro de crescimento do conservadorismo no mundo e, ao mesmo tempo, não se deixar contaminar pela ideia de impotência ou inevitabilidade.

Há exemplos, inclusive próximos, de reação ao desmonte neoliberal e de retirada de direitos. Argentina pela via eleitoral, Chile pela insurreição popular e Colômbia pela Greve Geral, nos mostram que há luz no fim do túnel, mas, ao mesmo tempo a Bolívia experimenta um golpe de Estado, não sem reação.

O caderno que ora apresentamos reúne um conjunto de textos produzidos pelo mandato ao longo do ano de 2019. Esta prestação de contas respeita a cronologia da evolução dos principais acontecimentos

no ano, busca apresentar uma leitura crítica da conjuntura e, principalmente, expor as entranhas de uma nação marcada pela desigualdade social, a injustiça e as mazelas ambientais, na perspectiva de mudança desta realidade.

Apesar dos retrocessos em marcha e dos absurdos que se sucedem, é importante dizer que a resistência se faz sentir no cotidiano, seja pela perda de popularidade de seu mandato medido pelas pesquisas, pelas manifestações que se alastram pelo país afora, a reação internacional aos destemperos de um governo inepto, pelo desmanche de sua base institucional e parlamentar ou com o mais recente rompimento partidário.

Nosso mandato foi destaque na produção parlamentar em busca de informações e na obstrução de ataques à democracia, aos trabalhadores e ao meio ambiente e à soberania nacional.

Ao chegarmos ao final do conturbado ano de 2019 à frente da liderança da bancada, com intenso enfrentamento às forças conservadoras, reafirmamos nosso sentimento de que a luta continua, hoje, mais do que nunca. Vamos juntos em 2020. Ninguém larga a mão de ninguém e o amanhã será nosso!

Um forte Abraço,

Ivan Valente
Deputado Federal PSOL SP

PERSPECTIVAS | JANEIRO

2019: IMENSOS DESAFIOS PARA GARANTIR DIREITOS E DEMOCRACIA

Texto profético em janeiro de 2019 que já apontava os caminhos do bolsonarismo no poder: desregulamentação, privatizações, retirada de direitos, desastres ambientais, enfim, as maldades estavam por vir e com forte intensidade.

Ivan no Plenário da Câmara



A campanha eleitoral de 2018 foi a mais polarizada no Brasil em muitas décadas mas o tempero da disputa não foram as propostas, mas o ódio, a intolerância e a mentira propagadas com velocidade e eficiência na internet. A falta de debates públicos que beneficiaram a falsidade de uma candidatura “anti-sistema” sendo do sistema, “anti-corrupção” envolvida e apoiada por corruptos e “anti-ideologia” mas sustentada por ideologia totalitária, deram a tônica.

O discurso machista, xenófobo, racista e preconceituoso de Jair Bolsonaro construído em sua vida pública, ganhou evidência nas eleições e conquistou parte de um eleitorado desanimado, conservador e imediatista, em busca de um “salvador da pátria”.

Se o Bolsonarismo soube navegar com desenvoltura numa onda reacionária internacional inspirada por Trump, seus primeiros dias de gestão mostram-se uma sucessão de erros tão primários quanto previsíveis.

A começar pela composição do seu ministério, que exhibe o “posto Ipiranga”, Guedes e o vingador Moro como troféus mesmo sem política anunciada. Ministério que se mostra desarticulado e incompetente, formado por terço de militares, terço de neoliberais e o terço final de fundamentalistas delirantes.

A corrupção, tema central da campanha Bolsonarista, foi enterrada antes da posse, com o Caixa 2 assumido de Lorenzoni sob o perdão de Moro, as tenebrosas transações de Queiroz e o ministro do meio-ambiente réu por falsificação documental em licenciamento ambiental.

Há ainda um vice-presidente conspirador, nepotista e pouco afeito à democracia, além da própria família de Jair Bolsonaro envolta em assessores,

cheques e movimentações bancárias suspeitas. Seus filhos são vetores desta política insana que transforma Eduardo Bolsonaro em embaixador plenipotenciário no exterior e garoto propaganda do armamentismo.

No discurso e na ação o governo não sai do palanque para manter ativistas virtuais na ativa. A desconstrução do “socialismo implantado no Brasil”, o anticomunismo e o decreto das armas (que só ampliará a violência na cidade e no campo), fazem parte do circo midiático para aglutinar a tropa.

O bloco dos neoliberais, por enquanto, trama em segredo e lança pequenos petardos de medição das tensões sociais e da repercussão na imprensa das medidas esboçadas.

Mas o pior está por vir. Privatizações, retirada de direitos previdenciários e trabalhistas, inviabilização da reforma agrária e urbana, o recuo na demarcação das terras indígenas e ataques aos quilombolas, destruição ambiental, conflitos diplomáticos e comerciais internacionais, alinhamento automático aos EUA, enfim, a lista é longa e dramática.

Mas o contraponto existirá e o povo brasileiro não assistirá a tudo isso passivamente. O desgaste do governo já começou e as pesquisas mostram que a maioria é contra as privatizações, o destroçamento dos direitos, facilitar o acesso às armas, se alinhar aos EUA e a favor do debate político e da educação sexual nas escolas.

A luta será difícil e árdua, porém necessária e vital para o futuro do Brasil. Assim, construiremos uma nação mais solidária, inclusiva, justa e democrática. Ninguém larga a mão de ninguém.

MEIO-AMBIENTE | FEVEREIRO

A LÓGICA DO PODER PRIVADO AFOGOU BRUMADINHO NA LAMA

Brumadinho repete o roteiro da catástrofe. A Vale novamente provoca um desastre de grandes proporções, com mortes e feridos e de forte impacto ambiental. Brumadinho prenunciaria um ano de ataques aos biomas nacionais.

Manifestantes protestam em frente ao prédio Memorial Minas Gerais – Vale



Brumadinho não foi um acidente. Foi um crime ambiental cuja responsabilidade é partilhada pela Vale do Rio Doce, reincidente no grave delito, e por setores do Poder Público. A tragédia em Mariana, ocorrida em 2015, foi o prenúncio de outras. A combinação entre privatização, busca desesperada pelo lucro, lobby das mineradoras em cima do Poder Público e a omissão deste são os ingredientes de crimes sociais e ambientais de imensas proporções.

Como resultado trágico da somatória de irresponsabilidades, os 18 milhões de metros cúbicos da barragem do Córrego do Feijão tiraram a vida de 165 pessoas. 155 ainda estão desaparecidas. A zona rural de Brumadinho foi devastada e as águas do rio Paraopeba, enlameadas. Com o número assustadoramente alto de vítimas, esse foi o maior acidente (crime) de trabalho registrado, uma vez que boa parte dos afetados era de trabalhadores da Vale.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, alegou que a barragem em Brumadinho estava 100% dentro das normas. Ora, o que houve então? A alegação é indecente, já que é óbvio que não estava ou, caso contrário, não teria havido o rompimento. A outra possibilidade é supor que este tipo de barragem não pode existir. Importante pontuar que a economia mineradora e extrativista apresenta óbices ambientais claros. A sustentabilidade passa ao largo, sobretudo quando a rentabilidade e os lucros se colocam acima das pessoas.

Para além da irresponsabilidade empresarial em relação às normas

de segurança, esse setor passou a operar um lobby indecente sobre o Estado para prevalecer seus interesses econômicos.

Antes da tragédia de Mariana, a bancada da lama criou uma comissão especial na Câmara dos Deputados para reavaliar o Código de Mineração. Leia-se, fragilizar as regras ambientais. Em 2014, dos 52 membros da comissão, 23 tinham recebido recursos de empresas mineradoras. Depois de 2015, algumas medidas foram tomadas para evitar tragédias ambientais, como a criação da Agência Nacional de Mineração. Essa existiu simbolicamente. A Câmara ainda derrubou uma taxa destinada a fiscalização e vistoria em prol da segurança em minas e barragens. Dois projetos destinados a aprimorar a lei que criou a Política Nacional de Segurança em Barragens passaram na Comissão de Meio Ambiente, mas emperraram na de Minas e Energia. Dos projetos que não avançaram, um previa o aumento de até 100 vezes nas multas para crimes ambientais e o outro propunha a equiparação entre rejeitos da mineração àqueles relacionados à Política Nacional de Resíduos Sólidos. A ideia de se criar um Plano Nacional de Emergência também virou lama.

O lobby não para por aí. O articulista Bernardo Mello Franco revelou uma verdadeira porta giratória utilizada por funcionários de mineradoras para sair e entrar do Ministério de Minas e Energia. No governo Temer, o segundo escalão deste Ministério foi todo ocupado por membros da Vale. A promiscuidade entre o público e o privado é gritante. Em Minas Gerais não foi diferente. Numa reunião do

Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam), ocorrida em dezembro do ano passado, a Vale conseguiu aumentar em 88% a capacidade de exploração da mina cuja barragem desabou. O placar da votação nessa reunião foi 9 a 1 em favor da empresa.

Cabe ao Estado defender o bem comum. O meio ambiente, por óbvio, se encaixa nesse critério. Ao abrir mão de regras duras de fiscalização, normas ambientais claras e permitir o *laissez-faire* do mundo empresarial, o Estado falhou em sua atribuição. Essa falha, todavia, resulta da prática corrupta de empresas do ramo, que sequestram o bem público criminosamente para favorecer seus interesses econômicos.

Documentos recentes, trabalhados pelo Ministério Público, revelam que a Vale chegou a fazer um estudo sobre as consequências possíveis



da queda da barragem. Desde outubro, a Vale sabia que a barragem de Brumadinho e outras nove estavam em estado de alerta. Ou seja, não é possível escamotear as responsabilidades.

Infelizmente, muito pouco ou nada podemos esperar do governo Bolsonaro. Durante a campanha eleitoral, o atual presidente afirmou que iria fragilizar a fiscalização, o que ele chamava de indústria da multa promovida por órgãos como o Ibama. Ao invés de propor medidas contundentes no sentido de punir os responsáveis e evitar novas tragédias, Bolsonaro optou por fazer agitação política com o desastre, trazendo militares de Israel com o intuito de agradar seu aliado internacional. Toda ajuda é, claro, bem-vinda, mas a intenção era outra. A indicação de Ricardo Salles para o Ministério do Meio Ambiente é reveladora. Ricardo, quando secretário do Meio Ambiente do governo de São Paulo, foi condenado por crime ambiental por forjar mapas ambientais da várzea do Tietê justamente para beneficiar mineradoras e a Fiesp.

Para investigar o caso com rigor, punir os responsáveis e evitar que novos crimes aconteçam, o PSOL quer emplacar na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tema.

A lógica privada do lucro a qualquer custo promove desastres ambientais e sociais, além de corromper o poder Público. Para mudar radicalmente essa situação precisamos ter uma política real de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Para isso, a vida deve estar em primeiro lugar.

JUSTIÇA | MARÇO

UM ANO SEM MARIELLE E ANDERSON: A LUTA POR JUSTIÇA E VERDADE CONTINUA!

O assassinato de Marielle e Anderson ainda carece de explicações plausíveis e sustentáveis sobre os mandantes do crime. A cada dia surgem informações que parecem objetivar a criação de um cipoal que dificulta o desvendamento deste caso.

Psol em ato na Câmara questiona.
Quem mandou matar Marielle?



Dia 14 de março completa um ano dos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes. Trata-se de um dos crimes políticos mais terríveis da história do país. Marielle morreu por defender a causa dos pobres, das mulheres, da população negra e LGBT.

Nessa semana, fomos surpreendidos por uma notícia muito importante. Em que pese a demora injustificável nas investigações, nessa terça-feira, 12, a Polícia Civil do Rio de Janeiro e o Ministério Público, no contexto da Operação Lume, anunciaram a prisão do policial reformado Ronnie Lessa e do ex-PM, expulso da corporação por envolvimento com o crime organizado, Élcio Queiroz. O primeiro teria sido o autor dos disparos, enquanto o segundo, responsável por dirigir o Cobalt prata, no dia dos assassinatos.

Os dois presos são ex-militares que aderiram ao crime e às milícias. Atuavam como sicários de bicheiros. Matadores de aluguel em nome de milicianos. Capangas do submundo. Ronnie, o atirador, teria sido membro do “Escritório do Crime”, localizado em Rio das Pedras, berço das milícias no Rio. Curiosamente, esse mesmo Ronnie é vizinho de condomínio de Jair Bolsonaro.

Não nos restam dúvidas a respeito da ligação umbilical entre milícia, polícia e políticos vigaristas no Rio. Foi através dessa trinca que a articulação macabra que terminou com a morte de Marielle surgiu. Isso significa algo fundamental para deixar claro: não podemos aceitar em hipótese alguma a tese de que os dois assassinos

agiram por conta própria, motivados somente pelo ódio contra parlamentares de esquerda.

O assassinato de Marielle foi político. Quem mandou matar e porque o fez são perguntas centrais que ainda não foram respondidas. Sem elas, a imensa injustiça continuará vigorando. Ao lado da injustiça, uma parte da democracia morre.

De acordo com as investigações, sabe-se que as mortes passaram pelo “Escritório do Crime” associado a outros milicianos. Nesse sentido, as investigações devem avançar. É lamentável ver que as milícias se imiscuíram no Estado. Essas controlam territórios, vendem serviços, coagem moradores e comerciantes, muitas vezes se associam ao tráfico de drogas, e controlam zonas eleitorais imensas: a milícia vende votos. É a partir daí que a relação entre milícias e políticos vigaristas se constrói, ainda que os motivos da associação possam ser outros. Milícia é máfia! Milícia é crime!

Não por outras razões nos horroriza saber que a família Bolsonaro possui vínculo com milicianos. Isso não significa — e aqui não estamos fazendo nenhum tipo de ilação leviana — que Bolsonaro tenha relação com o crime contra Marielle. Isso somente as investigações poderão dizer com certeza. No entanto, que o clã Bolsonaro possui, sim, vários contatos com milicianos, isso não se questiona.

Vários criminosos dessa laia foram homenageados por Flávio Bolsonaro. Dois exemplos, Adriano Magalhães, delinquente sanguíneo, e Ronald

Paulo Alves Pereira, preso por ser miliciano. Mãe e esposa de Adriano trabalharam com Flávio até o ano passado. Não para por aí, Flávio e Jair têm incontáveis fotos com milicianos. A tesoureira do PSL do Rio é irmã de dois policiais presos quando faziam a segurança de Flávio. Jair e Flávio já defenderam abertamente as milícias das tribunas do Congresso Nacional e da Alerj. Mais uma evidência: o operador Fabrício Queiroz, quem “arrecadava” salários de assessores do Flávio, depositou um cheque de 24 mil reais na conta de Michelle Bolsonaro, movimentou mais de um milhão em um ano e por aí em diante, está hoje escondido em Rio das Pedras. O local onde surgiram as milícias.

Portanto, é fundamental que investigações ocorram para saber o grau de comprometimento que o contato com milicianos provocou no clã Bolsonaro. A democracia exige essa resposta. Mais do que isso, as milícias sabotam essa mesma democracia. A sociedade brasileira precisa de uma vez por todas acabar com essa aberração. O PSOL, na Câmara dos Deputados, exige a criação de uma CPI

das Milícias para que todas as investigações sejam aprofundadas.

Por fim, queremos ressaltar que não descansaremos até que justiça por Marielle e Anderson seja feita. Quem mandou matar? Por quais motivos? Exigimos essas respostas. A luta que Marielle travava vai continuar. Nesse dia 14, em todo o país, milhares irão às ruas para lembrar a memória de Marielle e Anderson. Mais do que isso, irão às ruas para continuar a luta por justiça e igualdade!



ECONOMIA NO BURACO | ABRIL

BRASIL EM DESALENTO

A economia brasileira patina e a abertura de empregos é pífia. O tempo passou e o neoliberalismo não deu conta de fazer o básico, ou seja, criar condições de vida dignas para o povo brasileiro, ao contrário, serve apenas para promover concentração de renda e riqueza.

Fila de desempregados reúne 15 mil no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo



Os números no mercado de trabalho são estarrecedores, voltamos a superar a marca de 13 milhões de desempregados e o que é pior, 27,9 milhões de pessoas se encontram em situação de desalento ou precariedade. Superamos a marca de mais de 15 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, mas não comovemos ninguém para ajuda humanitária.

E o que faz o nosso presidente. Ao invés de propor mudanças na política econômica para enfrentar esse problema, ele prefere brigar com os números, questionando a metodologia da pesquisa do IBGE. É central já colocar essa questão para outros indicadores, queremos saber se o Bolsonaro vai repetir o que faz agora quando aparecer outros dados desastrosos para o seu governo em outras áreas como meio ambiente, saúde, educação.

O presidente birrento também não deve reconhecer o levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas que apontou recuo de confiança de quase todos os setores em relação a alta observada no final de 2018. Indústria, comércio, construção e serviços se colocam na defensiva, especulando com o quadro econômico adverso, ciosos de novos investimentos. Bolsonaro deve discordar dos próprios analistas do mercado, que projetam crescimento abaixo de 2% para o PIB, se bobear, ele deve duvidar até da projeção do Banco Central, de diretores nomeados por ele, que também apontam um “pibinho”.

A verdade nua e crua é que a economia patina e não tem reforma da previdência, por mais perversa que seja, que salve. O modelo adotado nos últimos quatro anos, desde de Joaquim Levy, passando por Henrique Meirelles, e agora, sendo radicalizado por Paulo Guedes, cobra seu preço e ele não é pequeno. Os estados e municípios estão quebrados, a União não tem recursos nem disposição para alavancar novos investimentos e o setor privado se comporta como sempre se



comportou, só investe, quando enxerga reais possibilidades de ganho, ninguém troca o mercado financeiro por investimentos na produção numa situação de crise.

É nesse cenário que as promessas de Bolsonaro vão virando pó e o que ele tem a oferecer é a radicalização ideológica de quem comemora golpe de Estado, exalta a tortura, diz que nazismo é de esquerda. A inoperância e falta de preparo do seu governo salta aos olhos e deixa a população apreensiva, afinal, deste jeito, a situação econômica só tende a piorar. Não é à toa que a última pesquisa do Ibope aponta um descontentamento maior e um deslocamento maior dos setores populares, são pessoas que não têm tempo para esperar, que sentem na pele o caos econômico, que olham e não vêm perspectivas nas “pataquadas” cometidas por esse governo.

Esse descontentamento tende a aumentar à medida em que mais pessoas vão tendo claro do que se trata de fato a reforma da previdência, quando o cidadão percebe claramente que terá que trabalhar mais e no fim ganhará menos. Quando vai ficando claro que o discurso de combater privilégios é uma grande balela, que a reforma será no lombo dos mais pobres, dos mais necessitados. Um governo não sobrevive só de discurso ideológico, ele precisa apresentar resultados, e para qualquer indicador que se olhe, inclusive no cenário internacional, a visão que se tem é que a maré não está pra

peixe, mas somado à incompetência de Bolsonaro, o cenário se torna ainda mais trágico.

Por isso, vivemos um momento decisivo de defesa de direitos, de não deixar que Bolsonaro cumpra sua promessa, dita nos EUA, de “desconstruir”. É preciso em todas as áreas a maior mobilização possível e, em especial, na luta em defesa da previdência pública. A reforma da Previdência se reveste de um interesse estratégico para o mercado, para o grande capital, não é à toa que nesta pauta estão todos unidos, todos os grandes meios de comunicação, todos os grandes articulistas, nisso não há divergência nem crítica às bizarrices do governo, nisso é o discurso único de privatização e cortes de direitos. Por isso, que derrota-la significa enfraquecer o governo Bolsonaro em todas as outras áreas, significa defender também o meio ambiente, a escola pública, a saúde, os direitos indígenas.

Três meses de Bolsonaro já foram suficientes para se ter uma amostra do desastre, da tragédia que vivemos no país. Num primeiro momento, muitos até riram das grosserias, das barbaridades, dos desencontros de quem governa, agora, é hora de organizar uma forte oposição, popular e unificada, para derrotar pra valer o retrocesso, para defender de fato a democracia e valores fundamentais como Justiça, Igualdade e Respeito às diferenças.

DEFESA DOS POVOS ORIGINÁRIOS | ABRIL

EM DEFESA DOS
POVOS INDÍGENAS!
NÃO AO RETROCESSO:
DEMARCAÇÃO JÁ!

O governo Bolsonaro pretende ampliar as áreas de produção do agronegócio e estimular o crescimento econômico. Para tal precisa enfrentar o movimento ambientalista e, principalmente, as populações indígenas, que são as grandes preservadoras de nossa riqueza natural.

Ivan com Cacique Raoni no lançamento da Frente Parlamentar Ambientalista.



Nessa semana, ocorre, em Brasília, o Acampamento Terra Livre, em que povos indígenas de todo o Brasil se reúnem na capital para chamar atenção aos problemas enfrentados pelos povos originários e, ao mesmo tempo, cobrar do Poder Público as soluções devidas.

Há 15 anos ocorre essa mobilização. Dessa vez, no entanto, o clima é muito mais tenso. O governo Bolsonaro, com toda a sua veia autoritária e antipopular, escolheu dentre os seus adversários os indígenas. Logo no início de seu mandato, Bolsonaro retirou da Funai o poder de identificar e demarcar terras indígenas, passando a atribuição ao Ministério da Agricultura, comandado pela ruralista Teresa Cristina (DEM). A medida, na prática, impede novas demarcações, uma vez que justamente os ruralistas querem avançar sobre as terras que pertencem aos índios, de modo a provocar devastação ambiental para garantir o cultivo de alguma monocultura. Regada com muito agrotóxico.

Como se não bastasse, o governo transferiu a própria Funai, que antes fazia parte do Ministério da Justiça, para o então Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela religiosa Damares Alves. Damares é acusada de promover o sequestro de uma criança indígena e tem em seu passado práticas “evangelizadoras”, que na prática subjugam a cultura secular dos índios. Uma verdadeira violência!

Esta importante mobilização está sendo organizada pela APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), tendo a companheira Sônia Guajajara, quem foi cocandidata à presidência da República pelo PSOL ao lado de Guilherme Boulos, uma das principais lideranças do movimento.

Em resposta à luta, Jair Bolsonaro gravou um vídeo em que se refere ao ato como um “encontrão de indígenas pago com dinheiro público”. A profunda ignorância de Bolsonaro aliado ao desprezo que ele sente pelo povo brasileiro violentam a democracia. Importante ressaltar que o encontro é autofinanciado e conta com a ajuda de entidades parceiras, ao contrário da Fake News disparada pelo próprio presidente de República.

Era de se esperar que os governantes se preparassem para receber os povos indígenas e suas reivindicações. Ao invés disso, Moro e Bolsonaro acionaram a Força Nacional para receber os indígenas com violência ao invés do diálogo. Essa iniciativa é reveladora do autoritarismo deste governo.

Outro ataque recente, revertido com mobilização, partiu de Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde, que queria fechar a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Como podemos ver, aos indígenas esse governo guarda somente agressões.

Fazemos questão aqui de lembrar que, pela primeira vez, o Congresso possui uma representante indígena, a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), quem conta com nossa solidariedade na luta em defesa de seu povo.

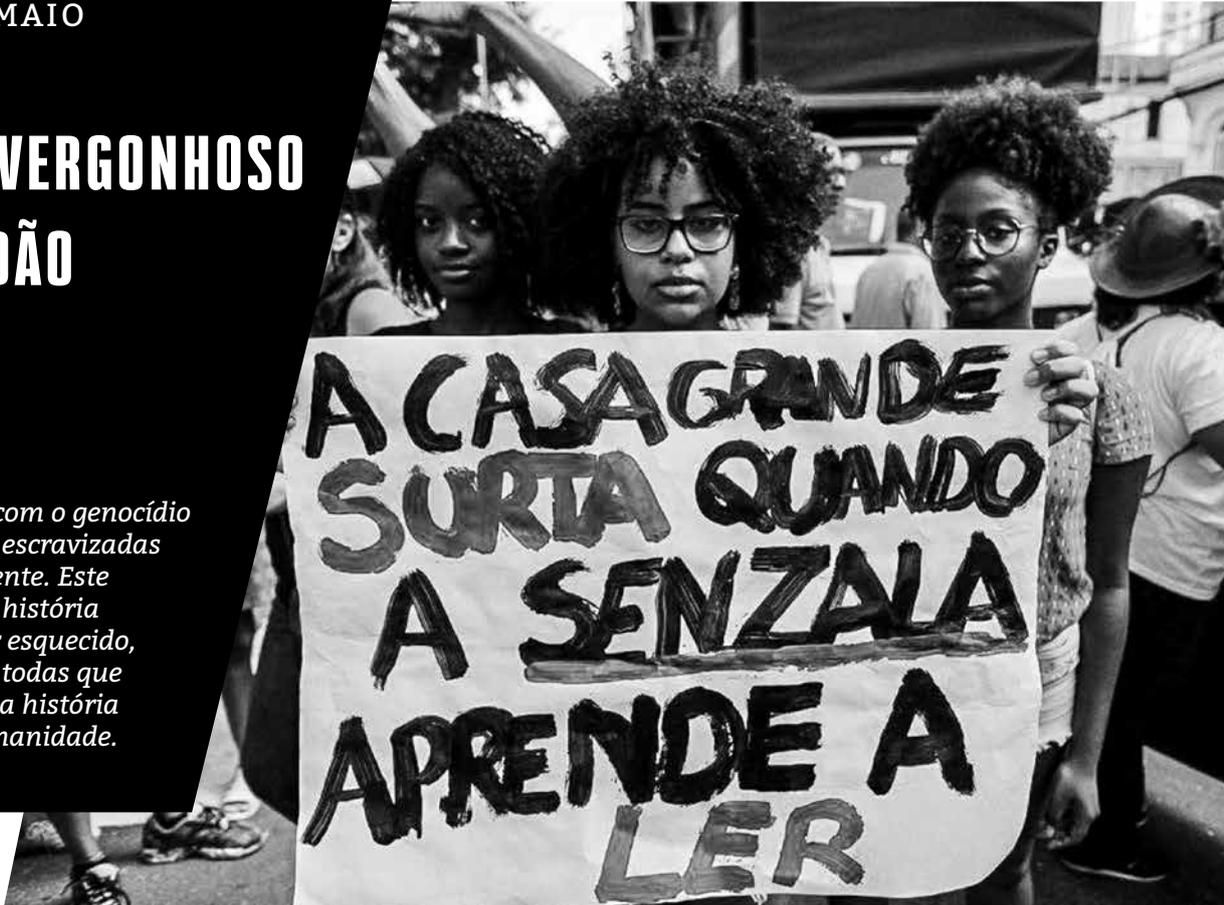
Enfim, é com esse clima de profunda tensão que ocorre o Acampamento Terra Livre. Enquanto este governo quer desmatar, poluir, diminuir a fiscalização ambiental e atacar a cultura dos povos, a população indígena se levanta em defesa dos originários desse solo, defendendo a tradição, a harmonia e preservação do meio ambiente brasileiro. Estamos juntos nessa luta!

ESCRavidÃO | MAIO

O CAPÍTULO VERGONHOSO DA ESCRavidÃO NO BRASIL

O Brasil ainda convive com o genocídio das populações negras, escravizadas e exploradas intensamente. Este triste capítulo de nossa história persiste e resiste em ser esquecido, em especial por todos e todas que experimentaram em sua história este crime contra a humanidade.

Manifestantes protestam contra
os cortes na educação



Há mentiras em circulação que pretendem ser transformadas em verdades, em especial pelo mecanismo da repetição e da dissimulação. A maior delas hoje em dia, é que o desmonte da Previdência vai gerar empregos e fará a economia crescer. É uma bobagem sem fim, mas não é a única.

O 13 de maio é parte deste rol de teses sem sustentação histórica, mas divulgado exaustivamente como pretensa verdade. Os estudos mostram outra coisa.

O fim da escravidão no Brasil não se deu pela pena da monarquia, nem tampouco da vontade pessoal de uma imperatriz doce e cândida. Como indica a literatura a respeito e a marcha histórica dos que sofrem repressão e violência, o final da escravidão resultou de muita organização e luta do povo negro.

Os quilombos, fugas e rebeliões compõem o cenário de resistência contra a opressão, a exploração e a violência física e sexual.

Devemos levar em conta que o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. A elite nacional resistia enfaticamente apontando que o modelo produtivo, apoiado na ultra exploração do trabalho, sucumbiria inevitavelmente gerando crise e decadência. E mais: o contexto produziria um caos e os escravos perderiam sua sustentação, logo, ser escravo era uma vantagem.

Como se vê vem de longa data esta postura das elites em vender a ideia de que as dificuldades fazem parte do curso econômico, e que sacrifícios são necessários.

As consequências deste modelo econômico desumano e explorador são sentidas até hoje. Negros ganham menos que brancos e são vítimas diretas do genocídio nas periferias das grandes cidades. E as mulheres estão um

patamar ainda mais baixo de valorização e reconhecimento. Os jovens negros são as principais vítimas dos matadores profissionais e está em curso uma política de encarceramento projetada e deliberada.

Lamentavelmente temos à frente do governo federal um presidente que louva a violência e classifica o racismo como “mi mi mi”. Um presidente que declarou recentemente, num programa de televisão, que racismo no Brasil é “coisa rara” e que a “escravização dos negros foi obra dos próprios negros”. A falta de noção transborda qualquer espaço de coerência e respeito com nossa história.

Os exemplos de racismo no Brasil são muitos e, infelizmente, persistentes. É impossível negá-los. Fazem parte de nosso cotidiano e compõem o cenário trágico da miséria e da segregação que assolam nosso país de longa data.

Políticas públicas que visam garantir acesso e permanência em Universidades são atacadas pelo conservadorismo, que, com a desculpa do racismo reverso buscam apenas garantir privilégios e facilidades.

O combate aos fakes nas redes sociais que reduzem a escravidão a um mero episódio de temporalidade restrita, impactos sociais irrelevantes e cujos efeitos se desfizeram com o tempo, é uma tarefa permanente de educação social e do exercício do restauro da verdade.

Nossa responsabilidade histórica nos impede de negligenciar com os nefastos efeitos da escravidão no Brasil. 13 de maio é um dia de reflexão e luta, mas não nos esqueçamos que ele é apenas um detalhe menor nesta trajetória marcada pela persistência de brasileiros que ousaram desafiar a crueldade do regime.

EDUCAÇÃO | MAIO

15M: TOMAR AS RUAS EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA, DA CIÊNCIA E DA EDUCAÇÃO!

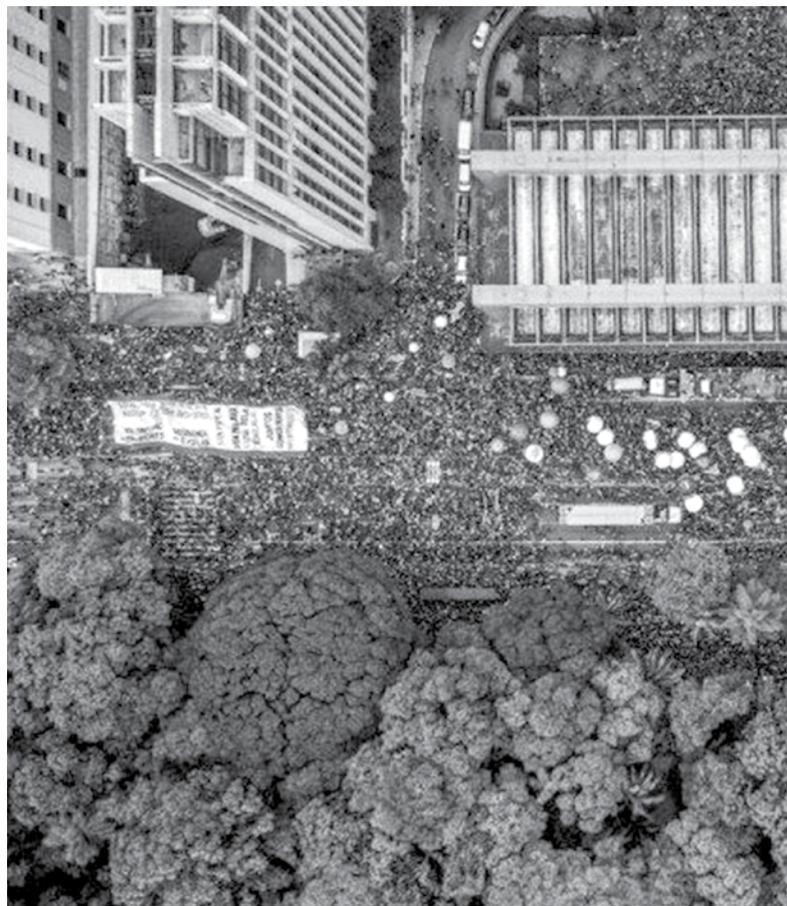
A educação brasileira puxou um grande protesto em maio contra o desmonte e o corte de verbas. O governo Bolsonaro destrói a educação nacional.

Manifestação na Av. Paulista
contra os retrocessos



A insatisfação com o governo Bolsonaro tornou-se geral. Ao lado do comportamento agressivo e escatológico do grupo presidencial, a política de destruição dos direitos sociais explica a tremenda insatisfação. Recentemente, o Ministério da Educação foi afetado com o corte de 5,8 bilhões de reais, em razão de decreto do presidente. Alega-se a responsabilidade com o pagamento da dívida pública – leia-se transferência indevida do dinheiro da população aos banqueiros – deixando à revelia a responsabilidade com o povo brasileiro e o futuro do país.

A educação, que há anos vem de mal a pior, está à beira do colapso. Os cortes afetaram do ensino básico ao superior, a despeito da “cruzada” ideológica de Abraham Weintraub contra as universidades. Estas, aliás, podem ter as suas atividades paralisadas com o corte de 30% do orçamento. Weintraub tentou se explicar com chocolates ao lado de Bolsonaro. Alegou que não se trata de cortes, mas de congelamento para que em algum dia, quando a economia melhorar, “descongelar” o dinheiro. A explicação, patética, não se sustenta. Os cortes afetam diretamente a produção científica no Brasil. A economia, por sua vez, não dá sinais de recuperação. Muito ao contrário, quanto mais este governo retira direitos e desmonta o Estado, mais longe ficaremos da recuperação econômica.



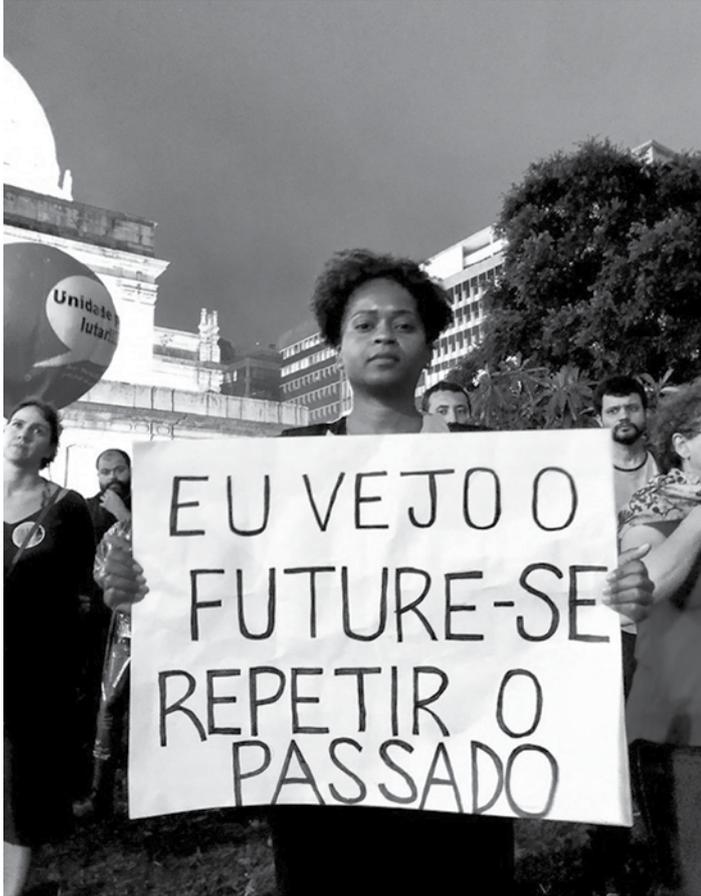


A situação da ciência é semelhante. A navalha acertou o Ministério da Ciência e da Tecnologia. O CNPq e a CAPES, agências de fomento, estão estranguladas. A CAPES anunciou que não terá verbas para conceder novas bolsas de pesquisa. Estamos assistindo a produção de conhecimento em todas as áreas ir para o vale da ignorância, aonde se formou Jair Bolsonaro.

O prato principal, tendo em vista o cardápio de maldades, continua sendo a destruição da previdência pública. Professoras e professores serão acertados em cheio, de acordo com o plano de Paulo Guedes. Acabarão forçados a trabalhar até 65 anos de idade e a contribuir por 40 anos com o INSS.

Todo esse quadro justifica ir para as ruas. No começo, as entidades sindicais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, chamaram a manifestação para defender a aposentadoria. Com o anúncio dos cortes, estudantes secundaristas e universitários, professores de todos os níveis de ensino e toda opinião pública interessada em defender a educação passaram a construir a mobilização.

Trata-se do primeiro grande ato contra o governo Bolsonaro. Todos os estados da federação estão envolvidos. Os Institutos Federais, as Universidades Federais, as Universidades Estaduais, as escolas estaduais e municipais... a articulação está imensa.

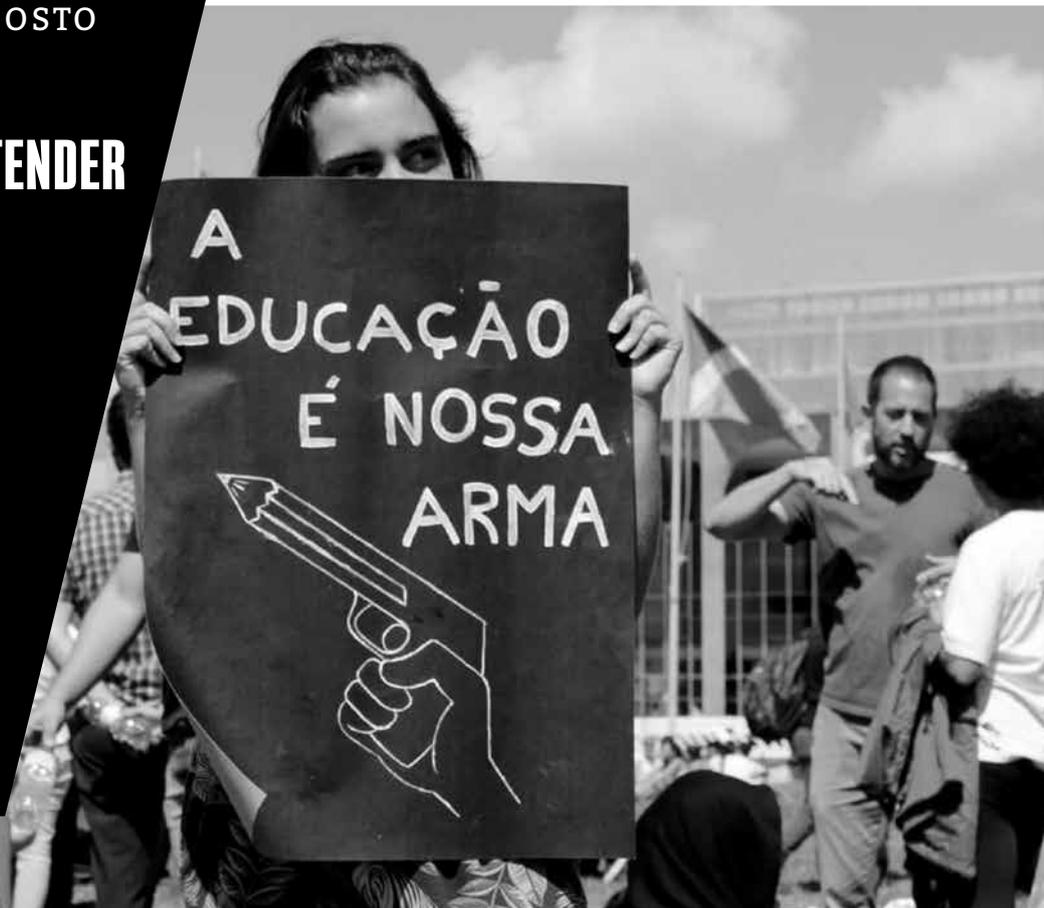


Apoiamos essa luta com todas as nossas forças. Se Bolsonaro prefere o autoritarismo, estudantes, professores e pesquisadores darão aula de democracia. Nenhum país se constrói sem investimento em ciência e educação, sem garantir condições de vida aos educadores. Essa lição será o tema da manifestação desse #15M!

SEGURANÇA PÚBLICA | AGOSTO

**BOLSONARO PRECISA ENTENDER
DE VEZ QUE O BRASIL
NÃO QUER MAIS ARMAS!**

O governo Bolsonaro se apoia no acesso livre de armas e munições para dar conta das demandas em segurança pública. Todos sabemos que isso somente agravaria o já caótico quadro. As grandes empresas batem palmas, louvam o governo e Moro cumpre um papel deplorável de fiador deste grande negócio.



O governo Bolsonaro insiste em tornar o Brasil um verdadeiro pântano de sangue, um “salve-se quem puder”. Na contramão do que dizem os especialistas, o ex-capitão segue com a tentativa de facilitar o acesso às armas e munições.

A Câmara dos Deputados estabeleceu o caráter de urgência para o PL do “porte de armas” (3723/19), que versa sobre registro, porte e comercialização de armas e munições. O PL expande o porte de armas de fogo para além das categorias já previstas no Estatuto do Desarmamento. Estariam inclusos oficiais de justiça, membros do Ministério Público, além de permitir o porte aos policiais da Câmara Legislativa do Distrito Federal e Assembleias Legislativas.

Além desses pontos, no relatório de Alexandre Leite (DEM/SP) consta a permissão de porte para colecionadores, atiradores esportivos, caçadores, e posse em área rural. Neste conjunto está o coração da proposta. Caberá ao Exército dar as licenças aos interessados. Tudo isso modifica o Sistema Nacional de Armas, que versa sobre registro, posse e comercialização.

Bolsonaro, de maneira autoritária, tem buscado flexibilizar o acesso aos armamentos. Buscou impor dois decretos presidenciais nesse sentido. Felizmente, essas iniciativas foram frustradas pelo Senado Federal, que entendeu a inconstitucionalidade de se alterar a Lei do Estatuto do Desarmamento via decreto. Somente as casas legislativas podem formular ou alterar leis, não a cabeça de um presidente autoritário, evidentemente.

Entidades da sociedade civil, dentre as quais o Instituto Sou da Paz, comemoraram a decisão em nota.

“A sociedade civil organizada parabeniza os senadores que votaram pela derrubada dos decretos presidenciais sobre armas de fogo.

Independentemente de suas orientações político-ideológicas, senadores de praticamente todos os partidos reconheceram a ilegalidade do Decreto nº 9.785/2019, que buscava alterar o Estatuto do Desarmamento sem que o Congresso Nacional analisasse a questão.

Infelizmente, muitos senadores chegaram inclusive a ser ameaçados para que votassem a favor dos decretos, numa demonstração de violência política incompatível com a democracia. Mas o Senado, em expressiva maioria, não se amedrontou no exercício de seu dever constitucional e votou por anular os decretos das armas”.

Importante ressaltar que nosso mandato e PSOL entramos com mandado de segurança junto ao STF com o mesmo propósito. Mais de 70% da população brasileira rejeita mais armas nas ruas.

O PL 3723 é péssimo. Sua lógica está errada. Quanto mais armas, mais violência. Por mais que a Câmara busque mitigar propostas mais irresponsáveis, o PL não interessa ao povo brasileiro, sobretudo para quem mora em áreas rurais e vive sob as ameaças de jagunços de latifundiários. Em tempos de violência, mais armas significa jogar combustível na fogueira. O PSOL buscará evitar mais esse retrocesso!

DESASTRE AMBIENTAL | OUTUBRO

ÓLEO NO NORDESTE E A INÉPCIA DE BOLSONARO E SALLES

O derrame de óleo no litoral brasileiro é o maior desastre ambiental brasileiro. O governo demorou para dar resposta e até agora patina na tentativa de encontrar os responsáveis. Bolsonaro vai ganhar o título de inimigo público nº 1 de nossos biomas.

Voluntários ajudam na limpeza das praias no nordeste brasileiro



Os desastres se sucedem. Agora é a vez do óleo no litoral do Nordeste. Estudos da UFRJ apontam que a origem do óleo que contaminou a região vem das águas internacionais, cerca de 700 km de distância. A mancha boiou no Atlântico e se espalhou numa área de aproximadamente 2.200 km de extensão, transformando-se no maior acidente ecológico deste tipo.

A detecção da origem do vazamento se transformou num mistério, mas ao que tudo indica o óleo circulou pelo oceano dirigido pelas correntes e abaixo da superfície, dificultando a identificação da fonte e a data de despejo.

Um único petroleiro pode ser o causador desta hecatombe ambiental. A tecnologia de transporte permitiu a criação de grandes embarcações que chegam a carregar 170 mil toneladas de óleo. Para se ter uma ideia de dimensão foram retiradas, até agora, 1000 toneladas de óleo das praias.

Os efeitos ambientais são incomensuráveis, afetando mangues, praias, dunas, fauna e flora. O turismo e as atividades econômicas dele derivadas também correm sérios riscos. E não para por aí, pois o que chega ao continente é apenas uma pequena parte do derrame. O maior volume se espalhará pelo oceano afora.

Recifes de corais correm sérios riscos. Animais marinhos também serão imensamente afetados. O plâncton, que são

microrganismos que boiam à superfície dos oceanos e tem o importante papel de fazer a troca de gás carbônico e oxigênio, também serão eliminados em larga escala, provocando alterações climáticas.

Há também consequências de curto e médio prazo às populações litorâneas que mantiverem contato com a contaminação do produto. Como uma parte do óleo é solúvel em água, os danos se ampliam e de forma quase imperceptível.

Como se não bastassem os problemas da tragédia, o governo Bolsonaro somente fez ampliar as consequências. Primeiro pela demora em oferecer respostas quando da constatação do que havia acontecido. Segundo pelos ataques irresponsáveis à Venezuela como responsável. A tara política de Bolsonaro pelo país beira a insanidade, ou como diriam os humoristas: vergonha alheia.

Da mesma forma que as queimadas na Amazônia eram apontadas como responsabilidades de ONG's e dos povos nativos, agora busca-se um inimigo externo que alivie as coisas para o governo. O que se tem de concreto, ao contrário, são tambores com a marca da multinacional Shell.

A insânia é tanta que o capitão-presidente chegou a insinuar que o vazamento fazia parte de um jogo criminoso para prejudicar o leilão do Pré-Sal que se aproxima. Os delírios se sucedem.



Bolsonaro é inepto e incapaz, foge das suas responsabilidades e faz jogo ideológico em tempo integral. É um governo fake.

Para completar a desgraça, Bolsonaro ainda atacou os governadores dos estados nordestinos pelo ocorrido, lançando mão de seu conhecido preconceito. A resposta veio imediata: escreveram uma carta desancando o presidente. O Ministério Público Federal (MPF) dos nove estados do Nordeste representou a União para que acione o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC). Os comitês contra desastres por óleo foram extintos por Bolsonaro.

A inoperância do governo, incluindo o ministro de meio-ambiente, Ricardo Salles, é digna de crime de responsabilidade.

Vale lembrar que as primeiras manchas foram detectadas em 30 de agosto.

Destaque-se a importância de milhares de voluntários que se mobilizaram para retirar o material, e que têm dado uma contribuição inestimável para minimizar os danos.

O saldo final desta tragédia perdurará por décadas até que se consiga recuperar, apenas em parte, os prejuízos ambientais gerados.

Alguns incautos antes da posse de Bolsonaro diziam sobre seu governo: se não der certo a gente troca. Já não deu certo e trocar não vai recuperar o desastre que se acumula em todas as áreas. Provavelmente a ambiental seja uma das mais atacadas pela trupe miliciana que tomou conta do poder central.

SUBTRAÇÃO DE DIREITOS | NOVEMBRO

BOLSONARO É INIMIGO DA CLASSE TRABALHADORA

O programa econômico de Guedes e Bolsonaro prevê retirar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, além de ampliar as facilidades para o capital. Isso produzirá mais crise econômica e recessão pela compressão do mercado interno e desconsidera as necessidades de vida de nosso povo.



Ato Nacional em Defesa
da Justiça do Trabalho
e dos Direitos Sociais

Ivan participa do Ato Nacional em Defesa da
Justiça do Trabalho e dos Direitos Sociais

Não bastasse a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, essa ainda no governo Temer, Bolsonaro redobrou os ataques à classe trabalhadora com as PEC do chamado AI-5 econômico, a reforma administrativa que vem com a roupagem de modernizar o Estado, mas que na verdade libera mais dinheiro para o capital financeiro, sucateia ainda mais a saúde e a educação e trata o funcionalismo público como o grande inimigo, reduzindo salários, precarizando as condições de trabalho e facilitando esquemas de contratações que vão favorecer ainda mais a corrupção. Já a Medida Provisória 905, da carteira Verde-amarela, traz a falsa promessa de emprego para jovens, mas serve de fato para ser uma nova reforma trabalhista, revogando 86 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e com um conjunto de medidas que atacam direitos fundamentais dos trabalhadores.

A chamada PEC do Pacto Federativo cria instrumentos de ajuste fiscal para Estados e municípios e ainda promove a desvinculação de receitas, compromete ainda mais os direitos sociais e flexibiliza a irredutibilidade salarial dos servidores públicos quando a despesa com pessoal ultrapassar os limites previstos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já a PEC Emergencial traz, entre outros, um duro ataque aos trabalhadores ao suspender o aumento real do mínimo

por 2 anos. Essa PEC impõe regras permanentes e transitórias relativas a despesas obrigatórias, com o objetivo de reduzir gastos públicos por meio de um forte ajuste fiscal, novamente, quem pagará as contas são os mais pobres, que terão serviços públicos de pior qualidade.

A PEC dos Fundos é também um acinte, já que elimina 281 fundos públicos, para a criação de um fundo de infraestrutura e abatimento da dívida pública. Na verdade, se trata mais uma vez de uma cassa a recursos por parte de Guedes para minimizar o déficit público e apresentar números, mesmo que deixe descoberto áreas fundamentais.

E de todas, a mais endereçada ao funcionalismo e terá mais impactos nas carreiras públicas, é a chamada PEC Administrativa, a que reestrutura carreiras, com redução temporária de jornada, redução salarial e fim da estabilidade.

A Medida Provisória 905 segue na esteira no desmonte do arcabouço de proteção ao trabalho. A Reforma Trabalhista de Temer, que completou dois anos de vigência, e se mostrou um verdadeiro fracasso, muito longe da promessa de criar 2 milhões de novos empregos.

O governo nega que se trate de uma reforma trabalhista, procura justificar a MP com o argumento que existem muitos pontos controversos na legislação e que é preciso

dar segurança jurídica aos empregadores. Mas e a segurança jurídica dos trabalhadores. Com medidas como a correção pela metade de dívidas trabalhistas, a única coisa que os trabalhadores terão é a certeza que sairão perdendo.

A MP desonera as empresas, mas onera os trabalhadores e justamente os que mais precisam, ao criar a contribuição previdenciária do seguro-desemprego. Essa invenção, que não existe em nenhum lugar do mundo, só poderia partir de mentes insensíveis à questão social. É covardia meter a mão do dinheiro que está reservado justamente para ser, como o próprio nome diz, um seguro, ou seja, algo destinado a socorrer as pessoas num momento de dificuldade.

O governo ainda insiste em reeditar medidas que já foram derrotadas na Câmara dos Deputados, como o trabalho aos domingos e feriados, sem pagamento em dobro, pago apenas se o trabalhador não folgar ao longo da semana.

Já em relação aos bancários, além de alterar a jornada de trabalho dos bancários, a MP permite que as agências passem a abrir aos sábados. Apenas os caixas terão direito a jornada de trabalho de 6 horas. Qualquer outro cargo terá jornada de 8 horas por dia. Essa é uma longa campanha da FEBRABAN, a Federação Brasileira de Bancos, que óbvio, recebeu acolhida no governo mais insensível em relação aos direitos trabalhista da história.

Outra mudança é a necessidade de registro profissional junto às Delegacias do Trabalho. Com a desculpa de eliminar uma barreira burocrática, a medida visa flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho e pagar preços inferiores por determinados serviços, isso pode ser, inclusive, um prejuízo para as empresas, uma vez que não terá quem fiscalize e ateste de fato a competência profissional de quem oferece os serviços. Profissionais como arquivista, artista, jornalista, publicitário, radialista, secretário, sociólogo não terão mais esse tipo de registro.

Lucros e Resultados. A questão aqui é retirar os Sindicatos e facilitar a negociação das empresas, que terão maior poder de barganha negociando diretamente com o funcionário ou com uma comissão de trabalhadores, sem a presença do Sindicato. Mais uma vez a lógica é favorecer as empresas em detrimento dos trabalhadores, com a falsa promessa que a negociação individual, com metas individuais, seria uma alternativa mais lucrativa para o funcionário.

A MP também altera a legislação de fiscalização e multas. Trata-se de mais uma flexibilização da CLT. O governo já eliminou o Ministério do Trabalho, vem numa cruzada contra a Justiça do Trabalho e criou barreiras seríssimas para que os trabalhadores acionem a Justiça em caso de ilegalidades



cometidas pelas empresas. Essa flexibilização vai ser vista no mundo empresarial como mais incentivos ainda para descumprir a legislação, ainda mais, com o sucateamento completo do sistema de fiscalização. Novamente, o centro da questão é favorecer os patrões, em detrimento dos trabalhadores.

Outro duro ataque da MP é reduzir o adicional de periculosidade de 30% para 5%, além de alterar a regra para concessão do auxílio-acidente e mudar o valor do auxílio-doença de 50% do salário-benefício para 50% do benefício de aposentadoria por invalidez.

Enfim, a MP que também podemos chamar de “bolsão patrão” ou “imposto sobre grandes pobreza”, além de garfar o trabalhador em seus direitos mais básicos, não tem poder de criar novos empregos como promete. O principal vetor para a criação de novas vagas é o aumento da demanda, por meio de investimentos que aqueçam a economia e não com cortes de direitos, essas medidas vão justamente no caminho contrário, aumentar o desemprego e a precarização do trabalho. Derrotar esse pacote de maldades é decisivo no próximo período. Assim como os trabalhadores se levantaram contra o neoliberalismo no Equador, Chile e agora Colômbia, não tardarão a se



levantar também no Brasil. Bolsonaro e Guedes governam para os ricos e são incapazes de resolver a dura crise econômica, não tem discurso ideológico e pirotecnia que escondam essa verdade.



Este caderno é uma síntese de textos que confeccionamos no mandato neste ano de 2019. Embora significativos para o momento, representam apenas uma pequena parte da totalidade, que conta com mais de 80 pronunciamento e artigos produzidos.

A questão internacional, nacional, estadual, ataques à democracia, agronegócio e agrotóxicos, desmonte das instituições públicas, luta pela terra, ditadura, família miliciana, laranjal no PSL, enfim, a variedade é ampla e abrangente.

Visite o site do mandato descrito abaixo e acesse todos os pronunciamentos elaborados neste ano de 2019, marcado por retrocessos na democracia, ataques aos direitos e crimes ambientais.

Receba também nosso boletim diário (dias úteis) cadastrando-se no telefone abaixo. Vamos juntos, a luta é em defesa da nação e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

IVAN VALENTE

Deputado Federal PSOL/SP

Escritório em São Paulo:

Rua Machado de Assis, 348 • Metrô Ana Rosa • SP • CEP 04106-000
(11) 5539-6204 / 5081-7563
ivalente@uol.com.br

Gabinete em Brasília:

Gabinete 716 • Anexo IV • CEP 70160-900
(61) 3215-3716 / 3215-5716
dep.ivanvalente@camara.gov.br

 @IvanValente
www.ivanvalente.com.br

 /IvanValentePSOL
 ivalente@uol.com.br

 @ivanvalentepsol
 11 95050-4188